

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Entre arquiteturas, cidades e feminismos [livro eletrônico] : pesquisas do observatório amar é linha / organização Carolina Pescatori, Maribel Aliaga. -- 1. ed. -- Brasília, DF : LaSUS FAU : Editora Universidade de Brasília, 2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-84854-05-5

1. Arquitetura 2. Cidades 3. Feminismo
4. Mulheres arquitetas 5. Mulheres - Aspectos sociais 6. Urbanismo I. Pescatori, Carolina.
II. Aliaga, Maribel.

22-122453

CDD-720

Índices para catálogo sistemático:

1. Arquitetura 720

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

ENTRE
ARQUITETURAS,
CIDADES E
FEMINISMOS

PESQUISAS DO
OBSERVATÓRIO
AMAR.É.LINHA

SUMÁRIO

7 Entre palácios e mulheres

Maribel Aliaga

16 Apresentação

Maribel Aliaga; Carolina Pescatori

21 Da cozinha para a rua

A afirmação da mulher como arquiteta

Luiza Rego Dias Coelho

parte 1
Teoria

41 Arquiteturas feministas

Ana Carolina Medeiros

61 A arquitetura feminina invisibilizada de Brasília

Apagamento das mulheres em catálogos arquitetônicos

Júlia Moreira

87 Senzala moderna

A permanência dos “quartos de empregada” em Brasília

Sarah Gabrielle Lucena Silva

parte 2
Violência

105 Arquitetura de fronteir[a]

Mulheres entre Brasil/Venezuela

Júlia Coutinho; Ricardo Trevisan

125 Refugiadas urbanas

Design tático para repensar o trajeto das mulheres em situação de rua na Asa Norte de Brasília

Nádia Vilela

153 O acolhimento social da mulher indígena no Brasil e aspectos habitacionais

O caso de Dourados (MS)

Maitê Campos Vieira

parte 3
Pandemia

177 Cartografia da covid-19

A situação da classe das trabalhadoras domésticas no Distrito Federal

Lorrany da Silva Arcanjo

193 Mulheres na pandemia

Costuras sobre narrativas e números

Júlia Bianchi

parte 4
Perspectivas

215 Direito à cidade para mulheres:

Análise dos planos diretores do Distrito Federal

Sara Cristina de Carvalho Zampronha

247 Montando o Ferro's Bar

Reivindicando a memória lésbica no Brasil

Alyssa Volpini

278 Sobre as autoras

CARTOGRAFIA DA COVID-19

A SITUAÇÃO DA CLASSE DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS NO DISTRITO FEDERAL

Lorrany da Silva Arcanjo

RESUMO

O presente artigo busca levantar os aspectos da reprodução social atrelados ao gênero, raça, classe e espacialização das trabalhadoras domésticas do Distrito Federal durante a pandemia do novo coronavírus. Assim, buscamos verificar a relação entre o trabalho feminino e a esfera da vida privada que ganha especial importância em tempos de isolamento, mas, principalmente, entender as dinâmicas sociais, espaciais e sanitárias de um grupo que reúne um conjunto de características socioeconômicas que reflete a realidade de uma grande parte da população brasileira. A proposta metodológica consiste na construção do arcabouço teórico, o feminismo; nas relações produtivas no capitalismo e a mulher; e no trabalho doméstico, a partir de pesquisa empírica e

de dados oficiais e questionário próprio. Por serem inseridas tão cedo nessa lógica, o trabalho doméstico acaba por ser perpetuado ao longo das gerações quase que automaticamente. A naturalização das mulheres no serviço doméstico, na sua própria casa ou como profissão, é parte fundamental da manutenção da ordem dominante. A manutenção das mulheres no setor de serviços de baixa complexidade técnica permite a intensificação da formação de um exército de reserva, o que garante aos contratantes baixos preços frente à ameaça do desemprego. Em momentos de crise, como o que nós passamos, e diante da pouca atuação do Estado na garantia da dignidade básica dessas mulheres, as empregadas domésticas são um dos grupos mais suscetíveis à exposição ao vírus e à perda de seguridade social.

PALAVRAS-CHAVE

*covid-19; pandemia; feminismo classista;
emprego doméstico; reprodução social.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca levantar as problemáticas da reprodução social atreladas ao gênero, classe, raça e espacialização das trabalhadoras domésticas do Distrito Federal durante a pandemia do novo coronavírus. A relevância do tema se revela à medida que são veiculadas notícias, por meio dos portais de mídia, de que mesmo que o serviço doméstico não tenha sido considerado essencial, grande parte dessas trabalhadoras não pôde exercer, de fato, o isolamento social. Na impossibilidade de trabalhar remotamente e de um efetivo plano governamental de auxílio econômico, essas mulheres se viram obrigadas a continuar se expondo ao risco de serem contaminadas, seja no deslocamento pela cidade ou na convivência do ambiente de trabalho.

Em uma sociedade patriarcal como a nossa, o trabalho doméstico, remunerado ou não, é tido como uma atribuição majoritariamente feminina, como nos mostram os dados apresentados no boletim especial de pesquisa de emprego e desemprego (DIEESE, 2019) de 2019, que trata do emprego doméstico no Distrito Federal. O levantamento, feito em 2018, revela que 94,1% dos trabalhadores domésticos são do sexo feminino. Mesmo os homens, que representam a fatia de quase 6% do setor, geralmente, desempenham funções como a de jardineiro e motorista, o que faz com que as mulheres sejam as trabalhadoras domésticas responsáveis pelo trabalho de contato humano direto e pelo trabalho realizado dentro dos limites da casa.

Contudo, não é somente a natureza do trabalho ligada à reprodução social que expõe ainda mais a classe. Cerca de 96,1% das trabalhadoras não moram na cidade onde trabalham, mas nas periferias das cidades mais enriquecidas, ou seja, usam majoritariamente o transporte coletivo para chegar ao trabalho. Meio esse que, por natureza, reúne um grande número de indivíduos, em uma área reduzida, vindos de diversas partes da cidade. Como sabemos, o risco de infecção aumenta significativamente com as aglomerações, intensificando, assim, o risco de contágio múltiplo. Portanto, a utilização desses meios de transporte agrava a situação das mulheres que tiveram que continuar trabalhando durante a pandemia.

Dito isso, a partir dos dados de contaminação e óbitos pela covid-19 no Distrito Federal, busca-se verificar como o Estado

brasileiro e o governo local atuaram em prol da minimização dos riscos em relação ao seu deslocamento pela cidade e à sua permanência na casa, perpassando a relação das trabalhadoras domésticas e a esfera da vida privada que ganha especial importância em tempos de isolamento. Mas, principalmente, busca-se entender, também, as dinâmicas sociais, espaciais e sanitárias de um grupo que reúne um conjunto de características que reflete a realidade de uma grande parte da população brasileira. E, a partir desse panorama, reacender debates já consolidados, perspectivando ações sobre a nova realidade.

1. METODOLOGIA

A proposta metodológica se divide em duas fases: construção do arcabouço teórico e pesquisa empírica. Na primeira fase, desenvolvemos uma investigação teórica sobre feminismo, as relações produtivas e a mulher e o trabalho doméstico no Brasil. Como contraponto ao feminismo liberal, focamos na produção bibliográfica de autoras do feminismo classista nacional dos anos 1960 em diante, momento em que foram dados os primeiros passos na construção do acúmulo teórico feminista, que vai analisar o papel da mulher em uma sociedade de classes no Brasil.

Em uma segunda fase, realizamos a etapa empírica com a coleta e sistematização de dados. Para este capítulo, foram utilizados os dados disponíveis no “Boletim Especial – Emprego doméstico no Distrito Federal (PED-2019)”, “Boletins Covid-19 – Codeplan” e as entrevistas semiestruturadas com mulheres que ocupam cargos de serviço doméstico no Distrito Federal. O recorte temporal proposto é iniciado a partir dos dados da primeira contaminação no Distrito Federal até o período do início da vacinação da população.

2. O TRABALHO FEMININO NO CAPITALISMO

Segundo Marx (2017 [1867]), a partir da instauração do capitalismo como modo de produção dominante, as contradições entre as necessidades humanas e o trabalho se acirraram de maneira nunca vista. O trabalho, nas sociedades pré-capitalistas, é realizado de maneira a produzir um bem cuja função é suprir uma necessidade imediata daqueles que o realizam; ou seja, são

produzidos pelo seu “valor de uso” imediato. A partir do momento em que esses bens úteis são penetrados pelo “valor de troca”, tornam-se mercadoria; assim, os produtores diretos não usufruem do valor de uso desse produto. Se, antes, os seres humanos singulares produziam tudo aquilo que lhes era necessário, a transformação massiva desses artigos em mercadoria possibilita a divisão social do trabalho de maneira ainda mais acentuada. A própria força de trabalho agora se configura como mercadoria, apta a realizar-se em sua venda para outrem, em que o seu valor de uso só se realizará no consumo intermediado pelo mercado.

Isso só é possível com o reconhecimento jurídico desses trabalhadores como livres, donos e legalmente possuidores da sua própria força de trabalho. Se, antes, ainda, o fator econômico era ocultado e justificado pela desigualdade jurídica entre os seres, agora, o trabalhador tem a liberdade de venda da sua principal mercadoria — a força de trabalho — no mercado. A aparente liberdade possibilitada pela igualação jurídica dos seres permite a breve ilusão do poder individual, de que cada indivíduo, por si mesmo, é o responsável por sua ascensão social, mistificando a origem e a causa da socialização da pobreza e miséria entre os trabalhadores, que nada mais possuem a não a ser sua força de trabalho. Entendendo a liberdade como possibilidade de escolhas concretas, desfazemo-nos da ilusão da igualdade abstrata que o mercado oferece, ou seja, a liberdade de contrato entre partes juridicamente iguais e somente. A aparência da liberdade jurídica oculta a desigualdade social entre as classes calcada na exploração das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Nas sociedades pré-capitalistas, as mulheres cuja classe sempre estivera diretamente ligada ao processo de produção nunca se apartaram da atividade laboral. Enquanto a família foi a unidade econômica fundamental, mulheres — e até crianças — desenvolviam atividades relevantes no que diz respeito ao sustento desse núcleo. Não que essa condição, necessariamente, se refletisse em algum grau de igualdade política e jurídica perante os homens de mesma classe ou não, mas as mulheres estavam integradas ao sistema produtivo. De acordo com Saffioti (2013 [1976], p. 64) o desenvolvimento das forças produtivas inaugura um período de maior exploração e marginalização da mulher na sociedade:

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção.

Mesmo com o desenvolvimento amplo das forças produtivas e o alargamento da igualdade jurídica, podemos perceber um contingente de pessoas integradas tardiamente ao processo de produção capitalista. Isso não ocorreu somente no período de implantação e consolidação do novo sistema produtivo, mas é parte do seu *modus operandi*. O que aparenta ser herança passageira de modos de produção anteriores é, na realidade, parte constitutiva do novo modo de dominação das massas, em que características naturais de uma população se tornam marcadores sociais. Fatores naturais como sexo, raça e etnia são instrumentalizados pela ordem burguesa com o objetivo de justificar e possibilitar um nível ainda maior de exploração, acabando por mistificar a origem e a razão das opressões raciais e de sexo como fim em si mesmas, ou como resquícios não congruentes com os princípios do liberalismo econômico, e não como ferramenta de controle econômico e social.

3. O TRABALHO FEMININO NO BRASIL

De acordo com Saffioti (2019 [1976]), o Brasil foi inserido na economia global enquanto colônia portuguesa em uma dinâmica dependente, a serviço do enriquecimento da classe mercantil europeia. A necessidade de grandes contingentes populacionais não livres era necessária para que houvesse o controle econômico nas colônias, já que existia aqui uma grande quantidade de terras e uma população livre poderia realizar sua própria produção, o que não era vantajoso para a classe dominante, tendo em vista a função do Brasil na divisão internacional do trabalho é caracterizada pela exportação de produtos primários, pois, em um contexto no qual

a população tem a posse de um terreno para cultivo próprio, a dominação e consequente exploração por meio do assalariamento é dificultada.

Com o decorrer do tempo, a mão de obra escravizada dificultava a plena implantação do capitalismo desenvolvido no Brasil, já que o pagamento da força de trabalho por meio do salário é o que permite que os trabalhadores do território também se tornem mercado consumidor. É necessário, no entanto, desfazer um equívoco comum: tanto no assalariamento como no uso da mão de obra escravizada há, por parte do capitalista, a apropriação do excedente gerado pelo trabalhador. Além disso, o trabalho escravo é inconciliável com o emprego das tecnologias que foram sendo desenvolvidas e logo se tornou uma barreira para o desenvolvimento da economia capitalista nacional. Com a abolição da escravidão, a burguesia nacional empregou trabalhadores imigrantes, marginalizando os recém libertos, criando, assim, um exército de subocupação, configurando a classe trabalhadora brasileira como conhecemos hoje.

4. A COOPTAÇÃO DO FEMINISMO PELA PERSPECTIVA LIBERAL

Existe no bojo do que chamamos de teoria feminista uma grande disputa de correntes em curso, não só no Brasil, mas em todo o globo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Nesse sentido, grande parte do feminismo no Brasil é composto por uma série de pensadoras e militantes que tratam do campo sobre diferentes perspectivas. No início do nosso recorte de tempo de análise de produção teórica sobre a condição da mulher dentro da sociedade capitalista, de 1960 até os dias atuais, os recursos disponíveis eram bastante escassos, visto que a maioria da literatura sobre o assunto ou não existia ou só estava disponível em outros idiomas que não o português. Mesmo vencendo a barreira da linguagem, ainda tropeçamos na perspectiva de realidade frente às condições históricas e sociais de cada país.

Em nossa conjuntura atual, ambienta-se uma hegemonia do pensamento feminista liberal como sinônimo do feminismo em si, que acaba por tornar as reflexões e debates sobre a questão da mulher extremamente superficiais. O que se prega e o que se é permitido levantar como saída se resume à proposição de

soluções vendidas como universais, mas que, no fim, resolvem ou aparentam resolver o problema de uma parte ínfima da população. É cada vez mais comum observarmos a associação da emancipação feminina a uma perspectiva individualizante. Não é raro depararmos com campanhas pela diversidade de cargos de trabalho como forma de empoderamento, quando, na verdade, promovem uma suposta mobilidade social para aquelas que, no geral, já detinham essa possibilidade.

O feminismo liberal, na sua suposta defesa da liberdade de escolhas, defende que cada mulher é responsável por conquistar, por meio das relações de mercado, a possibilidade de mobilidade social e, conseqüentemente, de poder dentro da sociedade. E que, somente cabe a cada uma, buscar ascender ao topo por “mérito próprio”. Ao longo dos anos, pudemos enxergar melhor as contradições dessa corrente, que partiu da cooptação de pautas emergentes com o esvaziamento do seu teor de mudança das estruturas que sustentam o patriarcado. O que o feminismo liberal fez ao longo dos anos foi aglutinar palavras de ordem que agradassem os ouvidos dos mais desatentos ao mesmo tempo em que não questiona a origem e formas efetivas de combate às opressões de gênero.

5. O FEMINISMO DA CLASSE TRABALHADORA

Em contraposição à falácia do feminismo liberal em dialogar com a realidade da maioria das mulheres, o feminismo classista iniciou sua produção teórica no Brasil na década de 60 do século passado. Para tanto, foi preciso buscar por metodologias de entendimento da totalidade do ser mulher na sociedade capitalista. Nesse cenário de escassez de literatura que desse conta da real apreensão de como pensar a questão da mulher na sociedade de classes, uma brilhante autora se propôs a dar os primeiros passos para preencher essa lacuna na literatura. Para tal, Heleieth Saffioti se utilizou do materialismo histórico dialético enquanto método, que fora por Karl Marx e Friedrich Engels em meados do século XIX. Esse método apreende o objeto de estudo a partir de diferentes níveis de abstração, partindo das condições materiais, dando conta do estudo do objeto a partir da totalidade.

Ao contrário do feminismo liberal, que vai usar a perspectiva individual da mulher-particular para se criar uma regra geral,

o feminismo marxista faz o movimento contrário, enxergando a realidade concreta e o papel das mulheres trabalhadoras na sociedade capitalista, que são a grande maioria. O clássico “A origem da família, propriedade privada e do Estado” de Friedrich Engels (1985 [1884]), busca as bases da origem das desigualdades que vão desembocar na instrumentalização do patriarcado e em prol do capitalismo e como essa opressão está intimamente imbricada na sociedade burguesa, de modo que não se sustenta sem ela. Certamente, o capitalismo não criou o machismo, mas se beneficiou dele, o estimulou e lucra até os dias de hoje com o aprofundamento da opressão sexista de maneira a torná-lo um dos principais pilares de sua dominação.

Já em Marx (2013 [1867]), podemos verificar a constatação da reprodução social, que é o conjunto de atividades necessárias à produção e reprodução da vida humana, tanto no sentido de nos mantermos vivos, como também a postos para voltar a produzir no dia seguinte em plenas condições como força de trabalho. Essa reflexão é fundamental ao feminismo marxista, que aprofunda o estudo das relações do trabalho feminino no capitalismo em complemento ao entendimento clássico de exploração da mão de obra trabalhadora levantada por Marx e Engels, como sendo a apropriação do mais-valor do operariado durante o processo produtivo *stricto sensu*. Autoras marxistas, já no século XX, apontaram a exploração envolvida na reprodução social, que é a atividade que possibilita, em primeiro plano, a existência do trabalhador.

6. REPRODUÇÃO SOCIAL E A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO DF

Com o desenvolvimento da pesquisa, é possível constatar algumas problemáticas no que diz respeito ao cerne do que este trabalho busca desenvolver. O último Boletim Especial acerca do levantamento de dados do emprego doméstico é de 2019. Além do pouco distanciamento temporal do fenômeno que analisamos, dado que ainda atravessamos o processo pandêmico no país apesar do andamento da vacinação, os dados fornecidos pela Secretaria de Saúde e os boletins de Emprego e desemprego não possuem variáveis comuns para que seja possível um cruzamento de dados acerca do tema, causando um vácuo de informações.

Ou seja, mesmo com os dados do emprego doméstico no DF e de contaminação, não é possível correlacioná-los pela incompletude do registro dos pacientes que procuram os serviços de saúde.

A partir da análise dos boletins da covid-19 produzidos pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2020), podemos verificar essa incompletude de dados necessários para o direcionamento de políticas públicas de auxílio às populações mais afetadas. Só a partir do quinto boletim é que os dados de raça e sexo começaram a ser registrados; nele, podemos verificar a primeira importante constatação: apesar de os homens sofrerem com maior incidência da doença e morte, as mulheres possuem uma maior taxa de letalidade. Nesse mesmo documento, podemos extrair os dados acerca da raça dos residentes do DF que possuem acesso à planos de saúde, mais de 70% da população negra não possui vínculo com esse benefício.

Esse não recolhimento de dados de raça, sexo e gênero relacionados à classe e ocupação dessas pessoas também oculta o real impacto da covid-19 na população do Distrito Federal. A falta de uma sistematização e registro das variáveis envolvidas nos dados de contaminação e óbito não permite um direcionamento de campanhas de apoio às empregadas domésticas, grupo social que reúne diversas fragilidades que colocam em risco sua vida e sustento durante o período. Como forma de realizar um registro que levasse em conta todos esses fatores a partir da escuta dessas mulheres, fizemos quatro entrevistas com moradoras do DF. Os resultados dessa pesquisa permitiram a documentação de suas vivências, já que o trabalho não se propõe a levantar um panorama estatístico do recorte descrito, em que se encontram as trabalhadoras domésticas.

Para tal, buscamos as orientações recomendadas para que essas mulheres tivessem o suporte necessário para a manutenção de sua saúde e segurança durante esse período, buscando relacioná-las com a experiência individual de cada uma. Ao final de março de 2020, o Ministério Público do Trabalho (MPT, 2020) emitiu uma nota técnica acerca do trabalho doméstico, cuidadores e trabalhadores da limpeza com orientações para a segurança sanitária desses profissionais. Dentre as recomendações, destacamos os seguintes trechos que vão desde a disponibilização de materiais de higiene e proteção individual até a dispensa dos serviços prestados com a manutenção dos salários:

- a) *GARANTIR que a pessoa que realiza trabalho doméstico seja dispensada do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, no período em que vigorarem as medidas oficiais de contenção da pandemia do coronavírus, excetuando-se apenas as hipóteses em que a prestação de seus serviços seja absolutamente indispensável, como no caso de pessoas cuidadoras de idosas e idosos que residam sozinhas, de pessoas que necessitem de acompanhamento permanente, bem como no caso de pessoas que prestem serviços de cuidado a pessoas dependentes de trabalhadoras e trabalhadores de atividades consideradas essenciais nesse período [...];*
- b) *GARANTIR que trabalhadoras e trabalhadores domésticos sejam dispensados do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, pelo período de isolamento ou quarentena de seus empregadores. Para quem não for dispensar a empregada doméstica, estabelecer alguma flexibilidade de jornada de trabalho, por conta do funcionamento reduzido de serviços de transporte, entre outros;*
- c) *ESTABELECEER política de flexibilidade de jornada, observados o princípio da irredutibilidade salarial e a manutenção do emprego, na ocasião em que serviços de transporte, creches, escolas, dentre outros, não estiverem em funcionamento regular em razão do atendimento a medidas oficiais de contenção da pandemia do coronavírus, quando houver impossibilidade de dispensar o trabalhador do comparecimento ao local de serviços; e*
- e) *FORNECER às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e diaristas, aí incluídos os intermediados por plataformas digitais, em razão do enquadramento do risco ocupacional, equipamento de proteção individual, consistente em luvas, máscara, óculos de proteção e álcool a 70% para higienização [...].*

A partir dessas premissas, estruturamos um questionário para verificar a aplicação dessas orientações por meio do relato de quatro mulheres moradoras da Região Administrativa de Itapoã com cargos no serviço doméstico dentro dos limites do Distrito Federal. Nele, pudemos observar empiricamente as condições em que o trabalho doméstico se desenvolveu durante o processo pandêmico. As quatro entrevistadas se encontram na faixa etária

que vai dos trinta aos cinquenta anos de idade e se autodeclararam pretas ou pardas. Entre as três que são casadas, cada uma possui ao menos três filhos, a única entrevistada solteira não possui filhos. Somente uma delas nasceu no Distrito federal, as demais vêm de estados do Nordeste e Sudeste do Brasil.

Quanto à caracterização das atividades e funções exercidas por essas mulheres, elas relatam que exercem mais de uma função como cozinhar e realizar a faxina da casa. Três delas iniciaram na profissão ainda adolescentes. A entrevistada restante começou no serviço doméstico após perder o emprego no setor secundário. Metade delas trabalha de maneira informal e em regime mensal de assalariamento; três delas não possuem outra forma de renda complementar. No que tange à seção do questionário que avalia as condições dessas mulheres durante a pandemia, as quatro entrevistadas não receberam nenhum dos auxílios emergenciais federal ou distrital. Todas elas mantiveram suas jornadas normalmente após o início do período de isolamento social e não sofreram perdas salariais durante o período.

Quanto aos dados de contaminação, três delas foram acometidas pela covid-19 ou não têm certeza se o período que passaram doentes era, de fato, em decorrência da contaminação pelo coronavírus. A incerteza de uma delas se deu por falta de acesso aos testes que comprovariam essa contaminação. Inclusive, uma delas relatou que a sua empregadora e sua família teriam sido acometidas pela covid-19 dias antes de ela perceber que também havia sido contaminada. Em relação a essa última questão, todas elas conseguiram uma interrupção de 14 dias de quarentena até que retornassem ao trabalho, sendo que duas delas conseguiram se isolar dos outros moradores dentro de casa. Porém, enquanto estavam doentes, continuaram a ser as responsáveis pelo trabalho doméstico, quando a função não era repassada às filhas dessas mulheres, crianças e adolescentes.

CONCLUSÃO

Em oposição ao feminismo liberal, que vai usar a perspectiva individual da mulher-particular para se criar uma regra geral, o feminismo marxista faz o movimento contrário. Parte da realidade concreta e do papel das mulheres trabalhadoras na sociedade capitalista que são a grande maioria. Já em Marx, podemos

verificar o conceito de reprodução social, que é o conjunto de atividades necessárias à produção e reprodução da vida humana, em complemento ao entendimento clássico de exploração da mão de obra trabalhadora levantada por Marx e Engels, como sendo a apropriação do mais-valor do operariado durante o processo produtivo. Autoras marxistas, já no século XX, apontaram a exploração envolvida na reprodução social, que é a atividade que possibilita, em primeiro plano, a existência do trabalhador.

Ao contrário do que observamos no senso comum, a grande contribuição do marxismo se deu no plano de compreensão do que é e como funciona a sociedade burguesa a partir do entendimento do que é o ser dentro dessa sociedade. O que foi essencial resgatar dos fundamentos da teoria marxista é a centralidade do trabalho, que é a primeira e mais importante das objetivações do ser humano. É o trabalho, mediação consciente do ser com a natureza, com objetivo de suprir as suas necessidades, que realiza a manutenção da condição de sobrevivência do ser humano como tal. Em uma sociedade de classes, onde a igualdade entre as pessoas é somente jurídica, a propriedade privada dos meios de produção, que permite a exploração de um ser sobre o outro, determina as possibilidades do ser, enquanto ser, na sociedade.

O papel produtivo da mulher nessa sociedade, por meio da reprodução social, passava despercebido enquanto era elemento fundamental na acumulação de capital. A naturalização das mulheres no serviço doméstico, na sua própria casa ou como profissão, é parte fundamental da manutenção da ordem dominante, no entendimento de que são as mulheres quem arcam com a manutenção da reprodução social de todos os trabalhadores a custos mínimos ou nulos. A manutenção das mulheres no setor de serviços de baixa complexidade técnica permite a intensificação da formação de um exército de trabalhadores de reserva, o que garante aos contratantes baixos preços frente à ameaça do desemprego. Em momentos de crise, como o que nós passamos e diante da pouca atuação do Estado na garantia da dignidade básica dessas mulheres, as empregadas domésticas são um dos grupos mais suscetível à exposição ao vírus e à perda de seguridade social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte (MG): Letramento (2018).

ARRUZZA, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

CODEPLAN. **Boletim Covid-19**. Disponível em: www.codeplan.df.gov.br/boletim-covid-19. Acesso em 07 fev. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DIEESE. **Boletim Especial** — Emprego doméstico no Distrito Federal (PED-2019). Disponível em: www.dieese.org.br/analiseped/2019/2019empreDomBSB.html. Acesso em 07 mai. 2021.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985[1884].

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**. Editora Elefante, 2019.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: Silva, L. A. *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília: ANPOCS, 1983.

MARX, K. **O Capital** — Livro I — crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. MPT.

NOTA TÉCNICA CONJUNTA 04/2020. PGT/COORDIGUALDADE/CODEMAT/CONAETE/CONAFRET/CONAP. Disponível em: mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-no-4-coronavirus-1.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 1976.

SOBRE AS AUTORAS

ALYSSA VOLPINI

alyssa.volpini@gmail.com

Alyssa Volpini é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (UnB).



ANA CAROLINA MEDEIROS

ana@ateliercavilha.com

Arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília, tem o gênero na arquitetura como principal área de interesse e pesquisa. Complementou sua formação acadêmica em cursos na Universidade de Groningen, na Holanda, e no Politecnico di Torino, na Itália. Atua profissionalmente nas áreas de arquitetura e *design* e é cofundadora do Atelier Cavilha.



CAROLINA PESCATORI

pescatori@unb.br

Arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e pesquisadora do seu Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Doutora (UnB), mestre em Arquitetura da Paisagem (Pennsylvania State University–EUA). É coordenadora do grupo de pesquisa TOPOS — Paisagem, Projeto e Planejamento e pesquisadora do Amar.é.linha. Sua pesquisa problematiza o urbano do ponto de vista histórico e político.



JÚLIA BIANCHI

jbfbianchi@gmail.com

Júlia Bianchi é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



JÚLIA COUTINHO

arch.juliacoutinho@gmail.com

Júlia Coutinho é arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU/UnB), com passagem pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP). Cursou Belas Artes em Portugal, na FBAUP, e hoje trabalha como arquiteta em Brasília, com foco em habitação contemporânea e conservação do patrimônio moderno.



JÚLIA MOREIRA

juliafmoreira3@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



LORRANY DA SILVA ARCANJO

lorranysarcanjo@gmail.com

Lorrany Arcanjo é graduanda em arquitetura e urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB) e integra o grupo do Amar.é.linha — Observatório de estudo feministas em arquitetura e urbanismo da FAU–UnB.



LUIZA REGO DIAS COELHO

lu.dias.coelho@gmail.com

Arquiteta e Urbanista pela Universidade de Brasília. É vice-presidente extraordinária de Ações Afirmativas e co-coordenadora da Comissão de Equidade de Gênero do Instituto de Arquitetos do Brasil. Cofundadora da Coletiva Arquitetas (in)Visíveis (2014). Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha — estudos feministas em Arquitetura e Urbanismo.



MAITÊ CAMPOS VIEIRA

maitecamposv@gmail.com

Maitê Campos Vieira, arquiteta e urbanista pela Universidade de Brasília (FAU UnB), tem passagem pela École Nationale Supérieure d'Architecture - Paris Malaquais, na França. Após o contato com Belas Artes e *Design* em Paris, atua hoje como *designer* gráfica e diretora de arte em Brasília.



MARIBEL ALIAGA FUENTES

arqmarialiaga@gmail.com

Arquiteta e urbanista pela Belas Artes de São Paulo, Mestre em Teoria da Arquitetura e Urbanismo pelo PROPARG - UFRGS, doutora em Teoria e História da Arquitetura pela UnB, professora adjunta da mesma instituição desde 2008. Feminista e Pesquisadora do Observatório Amar.é.linha.



NÁDIA VILELA

nadiabtvilela@gmail.com

Nádia Vilela é jornalista e graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB).



RICARDO TREVISAN

prof.trevisan@gmail.com

Professor associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), membro do grupo de pesquisa Topos — Paisagem, Projeto e Planejamento, da FAU-UnB, e da rede de pesquisadores do Laboratório de Experiências Urbanísticas (LEU). Coordenador da equipe da Cronologia do Pensamento Urbanístico na UnB. Pesquisador CNPq. Presidente da ANPARQ (2021–2022).



SARA CRISTINA ZAMPRONHA

sarazampronha@gmail.com

Sara Zampronha é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília. Atualmente, pesquisa direito das mulheres à cidade, crítica feminista ao planejamento urbano, e métodos de participação ativa da população na elaboração e revisão de legislações urbanas.



SARAH GABRIELLE LUCENA SILVA

spls.sarahsilva@gmail.com

Graduanda em arquitetura e urbanismo pela Universidade de Brasília.



EDIÇÃO E REVISÃO

LUCAS CORREIA AGUIAR

correia.lucas@live.com

Lucas Correia Aguiar é mestre em linguística pela Universidade de Brasília, pela qual também é licenciado em letras. Atua como professor, consultor e revisor de língua portuguesa.



PROJETO GRÁFICO

ATELIER CAVILHA

oi@ateliercavilha.com

Atelier de arquitetura e design, criado por Ana e Filipe: duas mentes curiosas, inquietas e críticas, encantadas pelo ato de criar. Responsável pelo projeto gráfico e diagramação deste livro.



OBSERVATÓRIO
AMAR.
É.
LINHA.



O OBSERVATÓRIO Amar.é.linha foi criado em 2018 como um grupo de pesquisa voltado aos estudos feministas no campo da Arquitetura e do Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, sob coordenação da professora Maribel Aliaga. Este livro é uma coletânea de projetos e pesquisas de alunas de graduação, resultados de Trabalhos Finais de Graduação, ensaios teóricos e pesquisas de iniciação científica, desenvolvidos no Observatório e o consolida como lugar de formação e incentivo a jovens pesquisadoras. Os textos aqui apresentados desenvolvem importantes leituras críticas a partir de uma sólida abordagem política da arquitetura, do urbanismo e do planejamento, enquanto alimentam a esperança de que as pesquisas feministas se consolidem, se espalhem e frutifiquem no Brasil, especialmente em tempos tão sombrios.

textos: luiza coelho **maribel aliaga** ana carolina medeiros
júlia moreira júlia coutinho **ricardo trevisan** maitê campos
sarah silva nácia vilela **lorrany arcanjo** júlia bianchi
sara zamprona alyssa volpini

organização: maribel aliaga **carolina pescatori**

